

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Elinêis Gomes

**RELAÇÕES DO LAZER NA PREVENÇÃO E TRATO AO ADOLESCENTE EM  
SITUAÇÃO DE RISCO**

Formosa/GO

2013

Elinêis Gomes

**RELAÇÕES DO LAZER NA PREVENÇÃO E TRATO AO ADOLESCENTE  
EM SITUAÇÃO DE RISCO**

Monografia apresentada à Faculdade de  
Educação Física da Universidade Federal de  
Goiás como requisito para finalização do curso  
de Licenciatura em Educação Física.  
Orientador: Márcio Pizarro Noronha.

Formosa/GO  
2013

Elinêis Gomes

**RELAÇÕES DO LAZER NA PREVENÇÃO E TRATO AO ADOLESCENTE  
EM SITUAÇÃO DE RISCO**

Esta monografia foi aprovada em sua forma final

Goiânia/GO, de ,2013.

---

Márcio Pizarro Noronha

Dedico este trabalho a Deus, a minha família e a meu Professor Orientador.

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão do meu trabalho não teria sido possível sem a colaboração de algumas pessoas que, enviadas por Deus, me deram incentivo durante a caminhada.

À Tutora do pólo, Karen e à coordenadora Dione e seus colaboradores pelo esforço em organizar da melhor forma o processo de ensino.

Aos meus amigos e colegas de curso: Andréia Rodrigues, Cristiano Gabriel, Bárbara Lombardi, Marta de Cássia e Ângela Oliveira, que durante o processo foram mais que irmãos.

Ao Professor orientador Márcio Pizarro Noronha que mesmo em meio a tantos problemas de saúde e compromissos de trabalho me orientou de forma muito carinhosa e respeitosa incentivando e apontando-me os caminhos para a conclusão dessa pesquisa.

E por fim e não menos importante, a todos da minha família que compreenderam o meu distanciamento ao me dedicar à escrita deste.

“A humildade exprime, uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém” (Freire, 1999).

## RESUMO

O presente estudo busca realizar reflexões interpretativas, argumentativas, dissertativas e apreciativas dos autores e suas obras acerca da relação do lazer como meio de prevenção e trato da juventude em situação de risco no Brasil, bem como compreender os caminhos que levam os jovens ao cometimento de ato infracional conectando-as com as palavras-chave dessa pesquisa: drogadição, atos infracionais, liberdade assistida, socioeducativo, juventude, políticas públicas e lazer. A pesquisa foi realizada com a escolha da revista SciELO - Scientific Electronic Library Online onde são encontrados inúmeros artigos acadêmicos em diversas áreas do conhecimento. O filtro utilizado para que se apurassem os artigos e que os mesmos fossem selecionados pela relevância se deu por área do conhecimento (Ciências Humanas), anos de publicação (2008 a 2012), local de publicação (Brasil) e idioma (Português). Além dessas fontes foram utilizadas algumas outras obras que embasassem a pesquisa no que se diz respeito às leis e a algumas definições de termos, assim como base para o estudo foram utilizadas nove obras sendo que dessas apenas oito foram publicadas na revista eletrônica. As análises apontam que a falta de estrutura nos laços afetivos familiares, as drogas e a necessidade de políticas públicas de educação, saúde, trabalho e lazer são fatores que colaboram diretamente para que os jovens tenham condutas que vão de encontro com as leis vigentes. Conclui-se que as atividades físicas referentes ao lazer são muito importantes no processo de prevenção e cuidado aos adolescentes que estão em estado de privação de liberdade ou em liberdade assistida.

**Palavras-chave:** adolescente; menor infrator; socioeducativo; políticas públicas; lazer.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Seleção das obras do capítulo 1.....	15
Quadro 2- Seleção das obras do capítulo 2.....	27
Quadro 3- Resumo da pesquisa bibliográfica da Revista Eletrônica SciELO.....	37

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CASE	Centro de Atendimento Socioeducativo
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CSJ	Consórcio Social da Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDFE	Educação Física Escolar
LA	Liberdade Assistida
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens
PPEL	Políticas Públicas de Esporte e Lazer
SciELO	Scientific Electronic Library Online
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 AS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E O JOVEM EM ESTADO DE INFRAÇÃO</b> .....	15
1.1 A INSTITUIÇÃO E A IDENTIDADE DO MENOR EM ESTADO DE INFRAÇÃO.....	16
1.2 DROGADIÇÃO E ATOS INFRACIONAIS NA VOZ DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI.....	17
1.3 CONHECENDO UM PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA PELA PERCEPÇÃO DE SEUS OPERADORES.....	20
1.4 A ESCOLA COMO FATOR DE PROTEÇÃO À CONDUTA INFRACIONAL DO ADOLESCENTE.....	23
<b>CAPÍTULO 2 AS QUESTÕES SOCIAIS DO LAZER E EDUCAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE</b> .....	26
2.1 A INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA DO LAZER.....	27
2.2 JUVENTUDE COMO PROBLEMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	28
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DENTRO E FORA DA ESCOLA.....	30
2.4 VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE SOCIAL.....	32
2.5 LAZER E ADOLESCENTE EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?.....	34
<b>CAPÍTULO 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	37
3.1 O CONTEXTO SOCIAL DO ADOLESCENTE E SUAS RELAÇÕES COM A PRÁTICA DE DELITO.....	38
3.2 AS CONCEPÇÕES DE LAZER.....	41
3.3.1 Concepções de Lazer pelos Adolescentes Privados de Liberdade.....	41
3.3 MINHAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS NA ESCOLA REGULAR E NO SOCIOEDUCATIVO.....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	44
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	46

## 1 INTRODUÇÃO

O acesso ao lazer e à educação é assegurado a todo cidadão brasileiro com a finalidade de garantir aos indivíduos condições materiais entendidas como imprescindíveis para o pleno gozo de seus direitos, os chamados direitos sociais. É por meio desses direitos que a justiça social busca ser alcançada e o respeito entre as pessoas exercido independentemente da sua condição como indivíduo.

Tendo em vista a preocupação explícita em lei para a defesa desses direitos e no que se refere ao menor de idade em estado de privação de liberdade, a justiça estabelece que tais direitos sejam assegurados a fim de que o processo socioeducativo aconteça para além dos muros. É onde a educação, o esporte e o lazer, bem como as Políticas Públicas voltadas para essas áreas entram concomitante aos demais recursos oferecidos dentro desses centros de internação em busca de possibilitar a esse jovem uma reinserção na sociedade, embora a concepção das tais medidas demore um pouco a ser internalizada pelo mesmo.

O trabalho de pesquisa envolve uma série de questões que necessitam ser vistas e revistas, pensadas e repensadas, definidas e redefinidas muitas vezes com o propósito de se obter o máximo de exatidão e aprofundamento do tema/objeto escolhido. Dessa forma, esse trabalho acadêmico teve como ideia inicial um estudo voltado para pesquisa exploratória de campo que ocorreria dentro do CASE (Centro de Atendimento Socioeducativo) de Formosa, onde seria observado e analisado o comportamento social dos internos em relação às concepções de Educação Física julgadas possíveis dentro desse ambiente.

O tema proposto a princípio foi “a katharsis juvenil: representações juvenis num contexto prisional acerca das atividades físicas”. Essa delimitação se deu por entender que os jovens privados de liberdade concebem as atividades físicas de diferentes formas e elas estão presentes no cotidiano de todos os indivíduos, livres ou não. Desse modo o estudo focaria nessas concepções que os mesmos têm de utilizar dos momentos de lazer ou até mesmo de reclusão para realizarem algum tipo de atividade física como forma de escape para os problemas existentes dentro desse ambiente, que muitas vezes é hostil.

Os gregos foram os primeiros a conceituarem o termo *catharsis* ou *katharsis*, mais precisamente Aristóteles, e mais tarde os psicanalistas do século XIX continuaram a utilizar essa palavra para designar o método de descarga ou purificação de sentimentos.

Segundo Ribeiro, (2008, p. 8)

Na psicoterapia corporal as experiências de catarse caracterizam-se por uma descarga de tensão e uma liberação espontânea dos padrões de contenção, sendo que, muitas vezes esta liberação é acompanhada de uma eliminação das defesas de caráter.

Dentro dessa concepção o tema/problema a ser investigado seria: Qual a concepção (concepções) que um grupo juvenil com idade entre 14 e 21 anos tem da atividade física num contexto de reclusão? E a partir daí foram traçadas etapas a serem trabalhadas a fim de se cumprir o roteiro inicial com o objetivo geral de identificar, analisar, interpretar e compreender a concepção de atividade física num contexto de reclusão, a partir de um estudo de caso dentro do CASE e como objetivos específicos: Identificar e analisar as atividades físicas e as práticas da educação física realizadas no CASE; Identificar e analisar as concepções de atividade física, de tempo livre e de lazer de um conjunto de jovens reclusos no case de Formosa-GO; Identificar e analisar as formas e usos do tempo e do espaço por parte deste grupo de jovens reclusos; Interpretar e relacionar as atividades físicas e a prática da educação física com o valor e os usos do tempo e do espaço por parte deste grupo de jovens reclusos; e Interpretar e compreender os usos das atividades físicas como mecanismos psíquicos e catárticos (a katharsis como recurso de gasto físico para atingir um gasto psíquico) num contexto de reclusão.

Desse ponto de vista o estudo, como já dito anteriormente, se caracterizou como pesquisa exploratória de campo qualitativa onde seria analisado um grupo de jovens em específico, enquadrando assim nas ciências humanas. Utilizar-se-ia então de uma metodologia descritiva sobre o ambiente e seus envolvidos direta e indiretamente. Os dados diretos seriam colhidos por meio de entrevistas e relatos pessoais, e os indiretos estariam embasados na legislação brasileira ou por meio de foto e documentação escrita.

Após todo o planejamento foi procedido o pedido de autorização para que o estudo pudesse ser realizado, visto que, dentro desses centros de internação a lei exige muita discricção e sigilo de dados. Foi entregue o pedido de solicitação para a direção do ambiente a ser observado e a mesmo encaminhado para a Secretaria de Cidadania e Trabalho com sede na cidade de Goiânia-GO, mas infelizmente o pedido foi indeferido com a justificativa de que o Estado não estava mais autorizando a pesquisa dentro desse centro por parte de funcionários.

Essa negativa forçou que a pesquisa tomasse outro rumo cuidando para que ela não se afastasse muito do planejado, já que o tempo de estudo se tornou curto e mudar totalmente o foco da pesquisa não contribuiria para que a mesma fosse bem sucedida. Dessa forma foi acordado entre a orientação acadêmica e eu, que a pesquisa agora passaria a ser uma revisão bibliográfica sobre temas ligados ao menor em condição de reclusão conectando-os à Educação Física dentro dos centros.

A pesquisa passou a ser de análise bibliográfica por entender que o trabalho acadêmico é avaliado, conforme Demo (1991), por sua qualidade política e pela sua qualidade formal. Qualidade política refere-se fundamentalmente aos conteúdos, aos fins e à substância do trabalho científico. Qualidade formal diz respeito aos meios e formas usados na produção do trabalho. Refere-se ao domínio de técnicas de coleta e interpretação de dados, manipulação de fontes de informação, conhecimento demonstrado na apresentação do referencial teórico e apresentação escrita ou oral em conformidade com os ritos acadêmicos.

Assim, busco através da leitura e releitura de artigos acadêmicos, realizar reflexões interpretativas, argumentativas, dissertativas e apreciativas dos autores e suas obras conectando-as com as palavras-chave dessa pesquisa: drogadição, atos infracionais, liberdade assistida, socioeducativo, juventude e políticas públicas. A pesquisa foi realizada com a escolha da revista SciELO (Scientific Electronic Library Online) onde são encontrados inúmeros artigos acadêmicos em diversas áreas do conhecimento.

A busca inicial pelo site da SciELO ocorreu pelo fato de que essa revista foi a fonte de pesquisa mais completa na área das ciências humanas, visto que em outras fontes de artigos não foi possível encontrar um acervo que oportunizasse o estudo direcionado às áreas do lazer, do menor em estado de reclusão e da Educação Física dentro dessa realidade. O filtro utilizado para que se apurassem os artigos e que os mesmos fossem selecionados pela relevância se deu por área do conhecimento (Ciências Humanas), anos de publicação (2008 a 2012), local de publicação (Brasil) e idioma (Português). Um detalhe a ser mencionado é que para o primeiro filtro por palavra foi usado o termo “infrator” e não “menor em estado de reclusão” devido ao primeiro termo ser mais popular e os artigos em questão terem sido escritos antes da revisão para publicação na imprensa, onde algumas palavras que remetem um sentido preconceituoso caíram em desuso.

Essa busca se justifica pelo fato de que o estudo sobre as condições que contribuem para que uma criança ou adolescente venha a participar do sistema socioeducativo brasileiro ainda está em crescimento não sendo possível encontrar um acervo muito vasto nessa área. O

período de análise escolhido, de 2008 a 2012, pauta-se na quantidade de artigos publicados pela revista, ou seja, a sua maioria. Para estabelecer uma conexão entre os assuntos também foi feita uma busca pelas palavras-chave lazer e Educação Física por elas estarem diretamente interligadas à questão da ressocialização desses jovens em estado de reclusão, e ainda utilizada uma última busca sobre as políticas públicas voltadas para o lazer e para a Educação Física por perceber a importância dessas medidas como preventivas e educativas para a área social, todas no mesmo período.

Esse tema chamou muito a minha atenção por eu estar lidando diariamente com essa realidade, onde o jovem em estado de infração, por muitas vezes, recorre às atividades físicas como forma de escape da situação na qual se encontra e por eu ter ministrado aulas de Educação Física para adolescentes por um ano em escola pública convivendo diariamente com a marginalização e as dificuldades sociais dessa realidade. É possível notar o quanto a reclusão desestabiliza o psicológico do ser humano e o quanto esse estado reflete nas ações que o mesmo desenvolve dentro e fora do seu alojamento. A necessidade de sair, mesmo que por um instante e mesmo que seja para executar qualquer tipo de trabalho é notório, o que mostra a importância de se ocupar esse jovem com algum tipo de atividade positiva, seja ela de estudo, de trabalho ou de lazer. O que mais me incomodou e despertou para pesquisar nessa área é que em muitos países as atividades físicas são utilizadas como meio de prevenir o envolvimento no mundo do crime ou como meio de conter a agressividade de quem já passou por algum tipo de detenção da liberdade, só que há poucas pesquisas acadêmicas sobre esse tema, principalmente no Brasil, onde o sistema socioeducativo é exemplo para muitas outras nações mesmo que com tantas falhas. Pensar em como as atividades físicas podem contribuir para a prevenção ou até mesmo para a compreensão do fator “infração” é muito importante para quem lida diretamente com adolescentes, seja na escola ou em qualquer outra situação.

Tive uma experiência muito positiva quando fui solicitada para elaborar uma gincana no meu trabalho no período de férias escolares a fim de atender aos adolescentes em estado de privação de liberdade pelo cometimento de infração. As atividades tiveram a duração de uma semana e tinha o cunho pedagógico, mas com uma dose de competição, o que de certa forma estimula a participação de pessoas nessa fase da vida. O que pude perceber é que a grande maioria participou com dedicação e a rivalidade exposta dentro do centro de atendimento não refletiu no desempenho nem na disciplina dentro da dinâmica das atividades realizadas. Conclui então, que há um afastamento dos problemas sociais e de convivência quando esses jovens estão expostos a atividades esportivas ou de lazer que tenham por objetivo o bom convívio e o uso do tempo livre. Essa constatação só demonstra o quanto é importante o saber

mais sobre esse mundo de quem convive com a exclusão social ou em estado de infração, para que se possam desenvolver ações que colaborem para a prevenção do cometimento dessas infrações e para a redução da reincidência nesses centros.

A organização do trabalho se fará em 3 capítulos os quais versarão sobre o ambiente socioeducativo bem como alguns temas relacionados a ele ficando divididos desse modo:

#### Capítulo 1:

- Apresentação do contexto da revista;
- Identificação do período e os temas relacionados;
- Análise sintética dos artigos.

#### Capítulo 2:

- Estudo analítico de alguns artigos referentes às Políticas Públicas de Lazer e o lazer dentro dos centros de internação;
- Análise sintética dos artigos.

#### Capítulo 3:

- Revisão bibliográfica;
- Análise cruzada dos artigos;
- Relato de minhas experiências dentro do Centro de Atendimento Socioeducativo bem como diálogo com as obras dos autores estudados.

A escolha do período dos anos de 2008 a 2012, como citado anteriormente, foi interessante pelo fato de que, nesse período, a revista publicou diversos artigos que versavam sobre o jovem em situação de reclusão bem como os temas elencados acima. Houve também uma procura que justificasse o porquê de tais estudos terem sido impulsionados nessa época. Sendo assim, entra em destaque as Políticas Públicas nas áreas sociais que tiveram um crescimento muito forte com a nova República, com a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) bem como outros órgãos reguladores ou protetores da sociedade. Tais eventos só vieram ganhar notoriedade anos mais tarde a sua criação e vem galgando espaço de pesquisa desde então procurando discutir as relações sociais neles envolvidos.

## CAPÍTULO I

### AS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E O JOVEM EM ESTADO DE INFRAÇÃO

Para melhor compreender o jovem em condição de infração bem como suas características é necessário que se contextualize o cenário social no qual ocorrem as transformações que podem levá-lo ao cometimento de delitos e as possibilidades de recuperação que o mesmo tem. Nesse primeiro momento serão analisados quatro artigos, publicados na Revista SciELO, no período de 2008 a 2009, que em linhas gerais versam sobre a identidade social do adolescente, a relação entre o uso de drogas e o cometimento de infrações, o trabalho dos educadores sociais e a importância da escola no acolhimento desses jovens, organizados no quadro abaixo:

Quadro 1- Seleção das obras do capítulo 1

	Artigo	Assunto/Tipo da pesquisa	Autor/a/es/as	Data da publicação
1º	A instituição e a identidade do menor infrator. <i>Psicol. cienc. prof.</i> [online]. 1988, vol.8, n.1.	Identidade Social. Pesquisa Bibliográfica.	Paula Inez Cunha Gomide	1988
2º	Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei. <i>Psic.: Teor. e Pesq.</i> [online]. 2008, vol.24, n.2.	Relação entre o uso de drogas e cometimento de atos infracionais. Pesquisa de campo.	Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira e Maria Fátima Olivier Sudbrack.	2008
3º	Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores. <i>Psicol. cienc. prof.</i> [online]. 2009, vol.29, n.2.	Percepção que os educadores têm sobre seu trabalho. Pesquisa de campo.	Maria Emília Passamani e Edinete Maria Rosa.	2009
4º	A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. <i>Cad. Pesqui.</i> 2008, vol.38, n.133.	A importância da escola como fator de proteção social. Pesquisa de campo.	Alex Eduardo Gallo e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams.	2008

Para fim de esclarecimento, o primeiro artigo: *A Instituição e a Identidade do Menor* (GOMIDE, 1988), não foi publicado dentro desse período acima descrito e servirá como suporte para a melhor compreensão sobre o adolescente em estado de infração. Agora, analisarei um conjunto de quatro artigos selecionados a partir de um sistema de palavras-chave: menor infrator, adolescente e socioeducativo.

## 1.1 A INSTITUIÇÃO E A IDENTIDADE DO MENOR EM ESTADO DE INFRAÇÃO

Gomide (1988) trata em sua obra sobre os aspectos de identidade do menor infrator e faz sua análise se aportando teoricamente em alguns estatutos que regem as instituições de proteção ao menor existentes no Brasil, e busca, partir de obras próprias e de outros autores, meios que justifiquem o fato desses internos não se desenvolverem positivamente dentro dos centros de internação visto que a grande maioria desses regimentos utilizam “a ausência de estrutura, o despreparo da equipe técnica e de apoio, a falta de verbas, o sistema capitalista etc” (GOMIDE, 1988, p. 20) como pontos fundamentais para esse fracasso sendo que a realidade do Brasil é muito contrastante com as de países desenvolvidos e, que mesmo com uma infra estrutura adequada não consegue reabilitar seus internados.

Ela justifica que esse fracasso se dá pelo fato de os internos estarem em contato com outros internos que também vieram do mundo do crime e que essa convivência não é favorável para a tomada de novas atitudes e que as expectativas de crescimento social são muito baixas por parte deles. Isso se comprova na medida “que os sistemas de valores a que os menores infratores são submetidos é inevitavelmente mais criminoso que o mundo externo, porque todos os internos cometeram algum tipo de delito” (GOMIDE, 1988, p.21). Reforça que o convívio dentro de uma instituição correcional tem por nome Criminalização. O estudo aponta que as crianças “percebem-se como culpadas pela sua situação de internos e apresentam baixo nível de aspirações” (GOMIDE, 1988, p.20).

A autora avalia também o baixo nível de comprometimento dos técnicos que acompanham esses jovens, pois os mesmos não os conhecem dentro da sua realidade “A atividade dos técnicos das Instituições está comprometida com laudos, encaminhamentos, reuniões e com a obrigatoriedade de seguir regras que foram elaboradas, quase sempre, por pessoas que têm o mínimo contato com o menor” (GOMIDE, 1988, p.21). Isso só acentua a cultura da criminalidade dentro desses centros de internação, já que a institucionalização das condutas suprime o direito “à criatividade, à individualidade, ao questionamento das regras, à

liberdade de escolha e que são forçados ao convívio com jovens da mesma origem - abandonados- que têm as mesmas características físicas quanto ao modo de se vestir, de cheirar, de falar” (GOMIDE, 1988, p.21) tirando deles o direito de conviver com pessoas não marginalizadas, com condutas positivas na sociedade.

Gomide (1988) indaga a respeito da perda da identidade por parte desses jovens que quando em ambiente social externo não conseguem se identificar tanto no vocabulário quanto nas regras de conduta moral e logo se sentem excluídos voltando ao mundo do crime. A autora faz vários questionamentos sobre o sistema e o caracteriza como falido e propõe alguns possíveis modelos alternativos de reeducação baseado no vínculo afetivo da família, “Modelos em que a tônica seja o atendimento individualizado, responsabilizado, que permita a participação da criança nas normas da casa, que não haja idade limite para que o seu desligamento se dê (em que família a criança tem de atingir a maturidade e independência necessariamente aos 18 anos?), (GOMIDE, 1988, p.22).

Essa análise ainda critica a falta de pesquisa científica na área social que mapeie o real estado dos menores em condição de risco ou infratores e sua vida subsequente à reabilitação, “pois não há tradição em pesquisa da área do menor infrator e as questões teóricas, metodológicas e políticas formam uma tríplice aliança que tem um caráter complicador, que dificulta bastante o entendimento do problema” (GOMIDE, 1988, p.22), e enfatiza a necessidade de se romper com o imobilismo técnico dentro das instituições.

## 1.2 DROGADIÇÃO E ATOS INFRACIONAIS NA VOZ DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Esse estudo para uma tese de mestrado em Psicologia Clínica realizado de 2001 a 2003, por Pereira e Sudbrack (2008) surgiu da demanda de implantar um programa de trabalho que abordasse o adolescente em conflito com a lei e suas relações com o uso de psicoativos no contexto da justiça. O presente estudo teve sua origem a partir da necessidade que a Vara da Infância e da Juventude de Brasília teve de como identificar os riscos e controlar o consumo de drogas e o intuito das pesquisadoras é o de “favorecer mudanças quanto à submissão do adolescente a uma medida que não fosse mais de controle, mas de proteção: o direito à saúde, ao atendimento e ao tratamento” (PEREIRA e SUDBRACK, 2008, p. 151), então, a partir de algumas sondagens sobre a realidade desses jovens em forma de depoimentos buscou-se identificar como eles percebiam a relação entre os atos infracionais e o uso de drogas nessa fase da vida.

De acordo com Pereira e Sudbrack (2008, p. 151)

Pretendíamos ampliar o “olhar” sobre o jovem envolvido com drogas, rompendo com a visão linear e reducionista, que estigmatiza o jovem ora como delinquente, ora como doente e que propõe a idéia de causa e efeito entre a prática infracional e o consumo de drogas.

As autoras utilizam-se de uma abordagem sistêmica e psicossocial para compreender as relações que permeiam a vida dos adolescentes. Essa abordagem, conforme as autoras, “não limita uma relação sujeito-produto, mas compreende o adolescente no seu contexto relacional sócio-familiar mais amplo, favorecendo sua inserção no circuito da delinquência” (PEREIRA e SUDBRACK, 2008, p. 152). Para elas não basta identificar se a infração foi cometida após o uso de substância psicoativa e encaminhar ao tratamento, mas

É necessário diferenciar os vários tipos e modalidades de uso das drogas (do usuário esporádico ao dependente), as características próprias de cada uma delas, o meio em que estão inseridas, assim como os níveis de dependência relacional que surgem em suas redes sociais.

Para fundamentar essa pesquisa, as autoras conceituam a adolescência na abordagem sistêmica e psicossocial utilizando obras como as de Sudbrack & Carreteiro, 2001; Colle, 1996/2001; Selosse, 1997, Saidón, 1995; Sluzki, 1997; Fishman, 1996, dentre outros, onde, de modo bastante resumido é colocado que a adolescência é mais que uma fase conceituada num determinado ciclo biológico e que deve ser encarada como uma transformação social onde as redes sociais (família, amigos, escola, trabalho, comunidade) são participantes desse processo. É nessas redes que o jovem constrói a sua identidade psicossocial e traça metas de crescimento ou não para a sua vida baseando-se na sua realidade, ou seja, uma realidade que favoreça a descrença em si próprio não permite que seja construída uma realidade promissora coletiva, de modo que “a identidade coletiva é rompida por mecanismos repressores e preconceituosos que as próprias pessoas envolvidas constroem para si mesmas” (PEREIRA e SUDBRACK, 2008, p. 152). Dessa forma, quando o jovem enfraquece seus vínculos sociais e de identidade surgem problemas como a despreocupação consigo mesmo e com os outros abrindo espaço para que tais problemas colaborem para o surgimento dos sintomas como a drogadição e atos infracionais.

Para compreender melhor as relações entre drogas e atos infracionais é essencial que se conheça os sintomas da adolescência. Nessa fase da vida, onde as transformações acontecem rápidas e simultaneamente, há que se verificar como o adolescente irá concebê-las e lidar com elas: se sua rede social for capaz de acolhê-lo e acompanhá-lo em suas angústias,

isso se dará de forma positiva; caso ocorra o contrário, as questões dessa fase podem não ser bem absorvidas, e é onde o jovem não conseguirá dialogar com a sua rede sendo possível que ele utilize de outras formas de comunicação para estabelecer essa conversa. Segundo Pereira e Sudbrack (2008, p. 152) “nesse sentido, a “transgressão” das normas é a forma encontrada pelo jovem de se comunicar com o outro; de denunciar um sofrimento coletivo; é mais um pedido de ajuda que uma afirmação em si”.

A violação das regras sociais que estabelecem o bom convívio em sociedade e cometida por adolescente é compreendida de forma jurídica como infração. A infração é o produto das más condutas em sociedade que trazem prejuízos para si próprio bem como para outros e são estimuladas quando o jovem não consegue dialogar com o meio em que vive ou quando seus referenciais de proteção e que garantem a sua sobrevivência parecem não funcionar. Desencadeia-se assim uma crise de identidade fazendo com que esse jovem sintasse irresponsável pelos seus atos numa constante conduta de defesa e ataque colocando-se “ora na posição de vítimas (com relação à discriminação que sofrem), ora na de vitimizadores (intimidando todo o bairro)” (PEREIRA e SUDBRACK, 2008, p.153).

O estudo aborda posteriormente às concepções de adolescência e infração uma reflexão sobre a relação entre as drogas e os atos infracionais onde sugere que as drogas não é apenas um produto, mas um fenômeno que não pode ser estudado separadamente das questões circunstanciais que leva a sua utilização. Para isso se baseiam nas concepções dos autores mencionados anteriormente e que reafirmam que a falta de referência familiar ou de hierarquização contribui substancialmente para esse encontro do jovem com as drogas como forma de auto-afirmação ou fator de aceitação num determinado grupo social. As autoras citam Colle (1996/2001) para tornar possível compreender o fenômeno das drogas centradas na relação que são divididas em seis níveis: a dependência dos efeitos, dependência relacional afetiva, dependência dos fornecedores, dependência dos provedores, dependência dos pares e dependência das crenças.

O estudo teve sua metodologia baseada no caráter indutivo e exploratório, de cunho qualitativo com a intenção de abrir caminho para estudos posteriores e não o de esgotar as possibilidades. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com adolescentes autores de atos infracionais, no contexto da Vara de Infância e Juventude de Brasília-DF, portanto um grupo heterogêneo quanto à faixa etária, os tipos de infração cometida e as medidas socioeducativas recebidas, todos com autorização. O estudo foi fundamentado e seus resultados divididos na concepção da relação, estabelecida por Colle (1996/2001). Em síntese, os resultados apontam que o uso das drogas é caracterizado desde o seu uso de modo

recreativo passando pelo abusivo até chegar à dependência. Para manter o vício, segundo depoimentos dos usuários, vale tudo: de roubar até matar. “Os relatos mostram a percepção do ato infracional em decorrência da dependência da droga, ou seja, o ato infracional como funcional à droga (PEREIRA e SUDBRACK, 2008, p. 155). Outro ponto aborda que as drogas ao passo que são usadas como válvula de escape para os problemas cotidianos são também utilizadas como encorajadoras para o cometimento dos delitos, para a expiação de culpa, na defesa perante a justiça, assim como forma de chamar a atenção da família ou da sociedade quando na falta de uma figura que lhe coloque limites, bem como para a sua inserção num grupo social que o acolha. Para manter o vício muitos se envolvem no mundo do tráfico e acabam por ficarem de vez às margens da sociedade.

Pereira e Sudbrack (2008, p. 158) concluem então que “a voz do adolescente em conflito com a lei denuncia as contradições, mas ao mesmo tempo a complementaridade que existe entre os níveis de dependência e entre estes e a prática de atos infracionais”, e que deve haver uma ampliação na forma de lidar com essas questões, “pois são “diferentes” adolescentes, reagindo de “diferentes” formas a uma “mesma” situação, o que nos afasta da idéia de que precisamos de respostas únicas para situações complexas”. Elas defendem o trabalho integrado da família, justiça e sociedade para que os danos causados pelas drogas aliados aos delitos venham ser minimizados.

### 1.3 CONHECENDO UM PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA PELA PERCEPÇÃO DE SEUS OPERADORES

O estudo foi realizado para uma tese de mestrado em Política Social e objetiva conhecer o trabalho de educadores sociais da Casa Sol Nascente, no município de Serra-ES e qual a percepção que esses profissionais têm sobre sua atuação junto aos adolescentes em liberdade assistida bem como analisar os aspectos negativos e positivos dessa atuação.

As autoras fazem uma introdução questionando o fato de a mídia não veicular e divulgar as propostas bem sucedidas no trato com jovens em situação de infração, sendo constante a exibição negativa sobre o trabalho dos educadores sociais. O que as motivou produzir esse trabalho foi o fato dessa instituição ter apresentado bons resultados já estudados por Medeiros e Rosa (2007) que se comprovou com a preservação da convivência familiar e social e a boa aceitação por parte dos jovens. Continuam fazendo uma breve análise de dados sobre o cometimento de infrações por parte dos jovens baseando-se em estatísticas já apuradas anteriormente por outras fontes onde se constata que tais infrações tiveram um aumento

crecente, principalmente nos centros urbanos. Devido a esse crescimento, a criminalidade marginaliza os adolescentes ao passo que os mesmos se tornam autores e vítimas desse sistema que impõe a eles uma tomada de atitude cruel, o contato com o mundo do tráfico e das armas reduzindo a perspectiva de vida.

Seguem realizando uma explanação sobre os estudos de Soares (2004) e Waiselfisz (2005) onde são constatados que a maioria dos jovens em condição de infração são homens, pobres, negros e com baixa escolaridade sendo que quase a metade desse número de jovens é vitimada pelo uso de arma de fogo. Baseando-se ainda noutros autores concordam que os traumas sofridos na infância, a falta de estrutura família e de políticas públicas que acompanhem esses jovens são as principais causas dessa inserção e permanência no mundo do crime. Esse crescimento da criminalidade demanda a construção de mais centros de internação, quando isso não é possível os centros já existentes ficam abarrotados e outras medidas disciplinares socioeducativas se fazem necessárias, daí entra em cena a LA (Liberdade Assistida) que é uma das formas de disciplinar, proteger e acompanhar esses jovens em estado de infração para que a reincidência seja reduzida.

A percepção que os socioeducadores têm sobre seu trabalho dentro desse tipo de instituição é o objeto de estudo desse trabalho sem a finalidade de avaliar o programa em si. O método utilizado foi o de entrevista semi estruturada com toda a equipe que lida diretamente no atendimento aos adolescentes no período de outubro de 2005 a maio de 2006. Os participantes foram esclarecidos sobre o método da pesquisa e preencheram uma autorização para tal. Os resultados tiveram como aspectos considerados mais relevantes: “o trabalho em equipe, os aspectos negativos, os positivos, os conceitos de adolescentes/adolescentes em conflito com a lei, a emancipação, a ressocialização, o protagonismo juvenil e a proposta pedagógica” (PASSAMANI e ROSA, 2009, p. 337).

Elas iniciam os resultados analisando o trabalho da equipe onde apontam a identificação com a causa do adolescente como sendo primordial para o sucesso do trabalho, e é notada uma preocupação com a qualificação para o lidar direto com esses jovens quando os educadores assumem os “desafios das especificidades do trabalho, mas a equipe do programa demonstra ter consciência das dificuldades e falhas, apresentando disposição para aperfeiçoar o trabalho” (PASSAMANI e ROSA, 2009, p. 338), e apesar das discordâncias em alguns aspectos, a equipe demonstra grande respeito pelo trabalho uns dos outros declarando que um ponto a ser discutido é o de esse trabalho ser tratado apenas como assistencialista desvalorizando o profissional que é notada na fala de um colaborador: “...*Acho que tem que investir mais no profissional, tem que romper essa visão assistencialista*”.

As análises revelam como pontos negativos enfrentados pela equipe que dificultam o bom resultado das intervenções junto aos jovens: falta de infra-estrutura do programa, espaço físico, recursos material e humano, questões salariais, preconceitos pela sociedade (escola, cursos profissionalizantes, empresas, Conselho Tutelar) e por fim a falta de divulgação do trabalho desenvolvido pelo programa e a demora na liberação de recursos de orçamento. Como pontos positivos foram citados: a proposta pedagógica, o comprometimento dos envolvidos, da aceitação por parte dos pais, responsáveis e jovens, as visitas semanais pela equipe e a rede de serviços sociais integrada para o atendimento aos jovens.

O estudo ainda aborda a concepção de adolescente que os educadores acreditam e ressalta que tal entendimento vai além de conceber essa fase como sendo a que se intercala dos 12 aos 18 anos. É algo que envolve tanto o biológico quanto o social e que abrange a todos os jovens, sendo eles em condição de infração ou não. Segundo Passamani e Rosa (2009, p. 340)

O que pode diferenciar esses adolescentes dos demais, segundo os entrevistados, é que tiveram menos oportunidades, não tiveram seus direitos básicos garantidos pelas políticas públicas e que, em função de sua situação social, financeira e familiar, cometeram ato infracional. Portanto, são adolescentes que estão em conflito com a lei, mas não estão eternamente na condição de infratores, respondendo por seus atos por meio das medidas socioeducativas.

As análises ainda demonstram que pontos como os da emancipação, da ressocialização, do protagonista juvenil, da proposta pedagógica e das atividades desenvolvidas são fundamentais para que os adolescentes incluídos nesse programa possam reencontrar seu espaço dentro da sociedade não infratora e prosseguir em todos os aspectos essenciais da vida.

Terminam concluindo que o “comprometimento articula razão e emoção no desenvolvimento da proposta pedagógica, tendo em vista que há uma identificação com a história de vida dos adolescentes e com sua origem social” (PASSAMANI e ROSA, 2009, p. 343), e que acreditar no trabalho é fator indispensável para o sucesso. Ressaltam que o objetivo do programa é articular o adolescente com a família e a sociedade bem como inseri-lo nas atividades que possam auxiliá-lo em seu crescimento, tudo baseado no diálogo e na sinceridade entre as partes envolvidas. Conforme Passamani e Rosa (2009, p. 343)

A importância que é dada à acolhida, à presença, à escuta, ao diálogo no relacionamento com o adolescente, à educação solidária, ao espírito crítico, à criatividade e ao protagonismo, [...] são os princípios norteadores da proposta de trabalho.

#### 1.4 A ESCOLA COMO FATOR DE PROTEÇÃO À CONDUTA INFRACIONAL DE ADOLESCENTES

Este trabalho objetivou identificar as variáveis associadas à determinação da conduta infracional “visando ao desenvolvimento de repertórios socialmente adequados, que possam contribuir para a diminuição da reincidência de adolescentes em atos infracionais” (GALLO e WILLIAMS, 2008, p. 54) e teve como objeto de estudo adolescente em estado de infração da cidade de São Carlos, no interior de São Paulo.

Os autores buscam fundamentar sua introdução nos estudos realizados por outros pesquisadores e em dados estatísticos quanto ao cometimento de delitos por parte dos jovens e trata essa questão não somente como “um problema de segurança pública, mas de saúde pública e de educação” (GALLO e WILLIAMS, 2008, p. 42). Apontam dentro das estatísticas, que o homicídio é a segunda causa que mais ceifa a vida dos jovens nos EUA e que no Brasil, apesar de não se ter dados precisos, essa causa é muito preocupante. Levanta aspectos da concepção de juventude por parte do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e destaca como medidas de proteção para os atos infracionais em ordem crescente de severidade: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade e internação. Para Gallo e Williams (2009, p. 43), são características comuns aos jovens em conflito com a lei:

Violação persistente de normas e regras sociais, comportamento desviante das práticas culturais vigentes, dificuldades para socializar, uso precoce de tabaco, de drogas e bebidas alcoólicas, história de comportamento anti-social, envolvimento em brigas, impulsividade, humor depressivo, tentativas de suicídio, ausência de sentimento de culpa, hostilidade, destruição do patrimônio público, institucionalização, incidentes incendiários, vandalismo, rejeição por parte de professores e colegas, envolvimento com pares desviantes, baixo rendimento acadêmico, fracasso e evasão escolar.

As análises concordam que alguns fatores de risco colaboram de forma substancial para que o jovem venha a cometer algum tipo de infração, mas não é uma regra. “Ainda assim, há um grande contingente de adolescentes que foram ou são expostos a uma série de

fatores de risco, mas são socialmente adaptados, não exibindo comportamentos agressivos” (GALLO e WILLIAMS, 2008, p. 44). Foram utilizados para a coleta de dados a partir de documentos em arquivos que foram analisados e os dados registrados em protocolos específicos para esse estudo num total de 123 prontuários de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto referentes ao ano de 2002. Os prontuários continham: entrevista inicial e cópia do processo judicial.

Os resultados apontaram que a maioria desses jovens é do sexo masculino, com idade média de 15 anos, que a maior parte cumpre medida de LA e que a severidade dos atos aumenta conforme a idade avança. O furto foi a infração mais cometida sendo que a maioria delas como uso de arma de fogo. A classe econômica desses jovens é baixa e a maconha foi a droga mais utilizada pelos pesquisados. Além disso, os jovens analisados viviam na sua maioria só com a mãe, “essa dificuldade, aliada a uma rede de apoio ineficaz (ausência de apoio do parceiro, falta de recursos da comunidade, como creches, entre outros), pode afetar diretamente o estilo parental que é estabelecido” (GALLO e WILLIAMS, 2008, p. 50).

A educação aparece nesse estudo como um fator muito sério, pois mais da metade dos adolescentes não frequentavam a escola por motivo de desinteresse, dentre outros.

O cumprimento da medida socioeducativa implica o acesso à educação formal, porém isso não aconteceu de fato. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) prevê que os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas devem frequentar o ensino regular. Ademais o ECA reza que se tais jovens estiverem fora da escola o orientador da medida deverá encaminhá-los para o ensino formal (GALLO e WILLIAMS, 2008, p. 51).

A falta de estímulo na escola, bem como a de professores qualificados para lidarem com esse público, a super lotação das salas de aula, entre outros fatores dentre eles a discriminação, colaboram para essa evasão escolar,

[...] porque tais jovens, quando estavam na escola, causaram problemas, devendo, portanto, ser encaminhados para outras escolas. Estas, por sua vez, rejeitam esses alunos por seu histórico de conflitos e pelo estigma de estarem em conflito com a lei e assim o ciclo de exclusão se repete (GALLO e WILLIAMS, 2008, p. 51).

Mas os estudos também confirmam que a escola é um dos quesitos básicos para manter os adolescentes distantes do mundo das drogas e das infrações mais graves com o uso de arma de fogo.

Os autores finalizam enfatizando a necessidade da criação de políticas públicas voltadas para o aperfeiçoamento dos educadores no trato direto com esses jovens para que os mesmos não sejam constantemente expulsos das escolas e entrem em estado de evasão.

## CAPÍTULO 2

### AS QUESTÕES SOCIAIS DO LAZER E EDUCAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Dando continuidade à compreensão sobre a relação entre as palavras-chave: lazer, juventude e políticas públicas, passo agora a analisar mais três artigos e duas teses de mestrado como suportes bibliográficos, sendo que o artigo Violência e Vulnerabilidade Social é do ano de 2003, não faz parte das publicações da Revista on line SciELO e é utilizado aqui como suporte bibliográfico para os cruzamentos de dados do próximo capítulo. Tais estudos auxiliarão para o entendimento da responsabilidade social das políticas públicas para o lazer e educação na prevenção da criminalidade e na ampliação do acesso aos direitos sociais garantidos por lei.

Quadro 2- Seleção das obras do capítulo 2

	Artigo	Assunto/Tipo da pesquisa	Autor/a/es/as	Data da publicação
1º	A Influência Socioeconômica do Lazer	A influência socioeconômica e de gênero no lazer.  Pesquisa de campo	Luzia Iara Pfeifer Jair Lício Ferreira Santos Yara Dias Martins	2010
2º	Juventude como problema de políticas públicas	Tese de Mestrado  Revisão Bibliográfica	Cleci Maraschin, Marcia Frezza e Nair Silveira dos Santos	2009
3º	Políticas públicas de esporte e lazer e políticas públicas educacionais promoção da educação física	Revisão Bibliográfica	Alessandra Dias Mendes e Paulo Henrique Azevedo	2010

	dentro e fora da escola ou dois pesos e duas medidas?			
4º	Violência e Vulnerabilidade Social	Revisão Bibliográfica	Miriam Abramovay e Leonardo Castro pinheiro	2003
5º	Lazer e adolescente em privação de liberdade: um diálogo possível?	Tese de Mestrado Pesquisa de campo	Willian Lazaretti da Conceição	2012

## 2.1 A INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA DO LAZER

Os autores iniciam conceituando a adolescência baseando-se em diversos autores onde ambos concordam que esse período inicia-se na puberdade e vai até a idade adulta e que se caracteriza pelas mudanças biológicas e sociais.

Essas mudanças, segundo os autores emergem da necessidade de se galgar um espaço dentro da sociedade, de se sentir útil, de participar das decisões diárias e de satisfação pessoal. Para isso os jovens utilizam-se do trabalho e do lazer que é compreendido nesse caso e baseado em Dumazedier, como sendo uma atividade a qual o indivíduo pode entregar-se de livre vontade com diversos fins. Estudos apontam que os jovens, nas últimas décadas, têm reduzido o tempo de trabalho e aumentado o tempo destinado ao lazer utilizando-se das mais diversas formas em que ele se disponibiliza dentro da sociedade e que os contextos que não favorecem o lazer ficam a cargo do aspecto cultural onde a pessoa está inserida e na divisão de gênero.

O estudo objetiva, segundo Pfeifer, Santos e Martins (2009, p. 428) “investigar se existem diferenças no lazer dos adolescentes considerando a classe socioeconômica e gênero ao qual pertencem”. Para a investigação foi utilizado o modelo de questionário sendo que os adolescentes puderam opinar quanto à linguagem/literatura contida nele. A pesquisa ocorreu com setenta e quatro adolescentes, com idade entre quatorze e dezoito anos, divididos em dois grupos de igual número, entre uma escola pública e outra particular do Município do interior de São Paulo. O questionário continha três classificações quanto à importância do tipo de lazer especificado onde o adolescente apenas marcava na frente a sua opinião. Toda a

pesquisa foi permitida pelos pais e responsáveis pelos jovens e foi dividida dessa forma: (a) atividades de lazer culturais, (b) atividades de lazer de vida diária, (c) atividades de lazer de participação social e (d) atividades de lazer físicas.

Os resultados foram obtidos através do teste Mann-Whitney para comparar os escores de dois grupos independentes, para isso foram separados por classe social e por gênero, sendo que a escola pública foi nomeada com a letra A e a escola particular com a letra B. Os dados apontam que os adolescentes deram mais importância às práticas de lazer social por ambas as escolas, não houve diferença significativa em relação às classes econômicas e as análises confirmam diferenças apenas quando realizadas em relação ao gênero feminino. Outro ponto comum é que as atividades culturais de fácil acesso e pouco custo são as mais procuradas pelas meninas além das de cunho intelectual, de cuidados pessoais, de relacionamentos afetivos e relacionadas à informática.

## 2.2 JUVENTUDE COMO PROBLEMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O estudo foi realizado para fins de uma tese de mestrado em Psicologia Social e teve como foco questões relacionadas a parcelas da juventude que participam de projetos de políticas públicas. As autoras utilizaram-se do aporte teórico de Michel Foucault e base para análise experiências do Consórcio Social da Juventude (CSJ) de Porto Alegre no período compreendido entre 2005 e 2006. Este projeto surgiu a partir do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), desenvolvido pelo Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego. “Destacamos a importância de analisar como os jovens vêm se constituindo objeto de investimento e intervenção dentro do território das políticas públicas de juventude” (MARACHIN, FREZZA E SANTOS, 2009, p. 313). O que estimulou as autoras a estudarem esse projeto foi o fato de ser um projeto de amplitude nacional e que formava parcerias junto à comunidade civil além das questões relativas ao trabalho e a educação que faz parte do cotidiano de parte da juventude brasileira.

Foram utilizadas para as análises documentos de políticas públicas no âmbito nacional e regional e entrevistas com agentes participantes. Elas citam as características da juventude, sem defendê-las, como sendo “revolucionária, de potência positiva e transformadora. E em outras circunstâncias a juventude é identificada como geradora de problemas para a sociedade e como um modo de vida que exige cuidados específicos” (MARACHIN, FREZZA E SANTOS, 2009, p. 314). Desse modo, Marachin, Frezza e Santos (2009) buscam

problematizar “como as políticas públicas contribuem para a construção de concepções de parcelas da juventude”.

As autoras fazem uma breve pontuação sobre o histórico das políticas públicas para a juventude, desenvolvidas no Brasil onde as mesmas objetivavam resolver os problemas relativos a essa parcela da sociedade em questões como educação, saúde, trabalho ou mesmo com os jovens em estado de conflito com a lei. Destaca dados da UNESCO que apontam para as limitações na organização dos programas demonstrando que há uma forma desarticulada no planejamento e na implementação desses programas o que os torna muitas das vezes setorializados reduzindo o seu poder de alcance. Outro ponto abordado pela UNESCO, segundo as autoras, é que há também uma centralização da gestão de políticas públicas no nível federal que minimiza a complexidade dos problemas que são conhecidos por quem lida diretamente dentro de suas localidades. E por último, destacam ainda que os jovens que mais se beneficiam dos programas oferecidos são aqueles que já estão inseridos socialmente ou que já participam de outro programa do governo ficando de fora os que, mesmo com muita necessidade, estão fora desse perfil.

Os estudos revelam que a maioria dos projetos tem o trabalho entre as maiores preocupações. “Essa tendência revela um aumento da importância que esses dois focos, a participação juvenil e a inserção dos jovens no mundo do trabalho, têm assumido nos programas de políticas públicas de juventude” (MARACHIN, FREZZA E SANTOS, 2009, p. 315). Os projetos de políticas públicas, segundo as autoras, levam em consideração alguns critérios que parecem tentar englobar os jovens ditos em vulnerabilidade social, e que trazem consigo algumas definições sobre juventude já pré-concebidas que podem “tanto contribuir para criar novos sentidos e práticas para e pelos jovens como podem, simplesmente, reforçar as concepções e modos de viver dominantes reservadas à juventude dita em maior vulnerabilidade social” (MARACHIN, FREZZA E SANTOS, 2009, p.316).

As autoras descrevem posteriormente as características do projeto desde suas diretrizes seus procedimentos de avaliação das atividades. Segundo Marachin, Frezza e Santos (2009, p. 318) “Essas caracterizações, prescrições e expectativas revelam modos de como as políticas têm constituído um discurso sobre o que é ser jovem e o que se espera desse jovem”. Dessa forma, para melhor compreender o estudo, as autoras dividiram as concepções sobre juventude em quatro: juventude voluntária, juventude digitalizada, juventude trabalhadora e juventude vulnerabilizada.

Elas finalizam ressaltando a relevância da pesquisa na compreensão de como as políticas públicas para a juventude vem traçando seus objetivos e atuando na sociedade

brasileira. Enfoca ainda que a divisão dos tipos de juventude apresentadas nesse trabalho colaborou para que se conhecesse o público alvo das políticas públicas, geralmente os jovens de baixa renda e de como essas concepções constituíram-se em indicadores importantes para a problematização proposta. Assim, de acordo com Marachin, Frezza e Santos (2009, p. 321)

A análise das práticas discursivas produzidas ou articuladas pelos relatos e documentos investigados apontou que as políticas públicas delineiam expectativas e modos de vida que seriam específicos dos jovens participantes — delineamento que define esses jovens como mais passíveis de ser origem e causa de problemas sociais.

Por fim, elas recomendam que as políticas públicas para a juventude tenham mais participação da própria juventude em seu processo de elaboração, pois essa visão colaboraria para que os objetivos fossem traçados com mais propriedade.

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA DENTRO E FORA DA ESCOLA

Os autores fazem uma revisão bibliográfica buscando analisar

[...] a relevância e a necessidade de investimento que vêm sendo dadas à EDFE, comparativamente aos avanços observados no desenvolvimento das PPEL e dos PSE, procedendo-se a uma revisão bibliográfica de análise sócio-histórica, abordando a legislação correspondente a essas políticas, bem como a estudos de autores que as acompanham e analisam (MENDES e AZEVÊDO, 2010, P. 128).

Entenda EDFE como sendo (Educação Física Escolar), PPEL (Políticas Públicas de Esporte e Lazer) e PSE (Projetos Sociais Esportivos). Eles introduzem o estudo salientando o fato de que os dados apontam o crescimento das PPEL e dos PSE, mas que não se vê a mesma evolução quanto à EDFE.

Mendes e Azevêdo (2010) abordam as mudanças no processo sócio-histórico relacionando com a educação física e descrevem que o novo ordenamento econômico mundial e as mudanças na organização do trabalho estão elevando os índices da miséria, e que o sistema capitalista, por sua característica de agregar capital, acaba por mercantilizar os processos sociais que afetam diretamente os processos educacionais. Eles fundamentam essa

relação do capitalismo com a educação nas falas de alguns autores como Crossman (1980), Wallerstein (1995, 2003), Mészáros (2005), Mascarenhas (1997), Mattos e Rocha (2001) e Silva (2002), Silva e Monlevade (2000). Eles apontam ainda que o Estado esteja transferindo a responsabilidade pela parte social para a sociedade civil e que o modelo de Estado neoliberal forçou a reformulação da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) onde consta essa transferência de responsabilidade no financiamento da educação básica. Nesses termos ainda se encontra as diretrizes para a obrigatoriedade da educação física que passa a ficar a cargo do Conselho Nacional de Educação e Estaduais de Educação (CNE/CEE) sendo excluída da educação de jovens e adultos, e facultativa no ensino noturno.

Para as reflexões quanto à legitimidade da educação física enquanto componente curricular e tratada dentro dos PCN's, os autores utilizam de Mascarenhas (1997), Ramos e Ferreira (2000) e Moraes (2007) quando questionam que os Parâmetros Curriculares Nacionais “não dão um direcionamento adequado para orientar propriamente uma ação da educação física no espaço escolar, além de negar o debate com outras alternativas de intervenções pedagógicas colocadas para a educação física há quase duas décadas no Brasil” (MENDES e AZEVÊDO, 2010, p. 131). Segundo os autores a educação física está se tornando aparelho ideológico do Estado reproduzindo seus interesses na área esportiva. Por outro ângulo, Mendes e Azevedo (2010, p. 132) lista os programas do governo na área de PPEL que vem crescendo de forma quantitativamente em todo o território nacional, sendo eles:

O Programa Esporte e Lazer da Cidade e o Programa Segundo Tempo, ambos criados pelo Ministério do Esporte (ME) em 2003, que hoje tem parcerias respectivas com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, e com o Programa Mais Educação, do Ministério da Educação, ambos criados em 2007.

Apesar de desse crescimento, os autores destacam a opinião de outros estudiosos onde afirmam que pouco é investido nas escolas onde esses programas são implantados. “Esse contexto nos induz a uma ideia de massificação e detecção de atletas e não de democratização do acesso ao esporte e ao lazer” (MENDES e AZEVÊDO, 2010, p. 132), isso pode ser confirmado quando a indústria do futebol no Brasil é comparada ao da Europa. Os autores ainda investigam se educar é um ato político e por que a educação física escolar não recebe os mesmo incentivos dados às PPEL, além de outras questões.

Mendes e Azevêdo (2010) descrevem a respeito dos direitos sociais e mercado em educação, esporte e lazer e os situa como estando dentro de um jogo de interesses políticos entre poder público e privado. Assim o poder público destina pouca verba para fomentar ações nos setores da cultura, esporte e lazer alegando escassez de recursos ou pouca arrecadação castigando o mercado e a sociedade civil com elevados impostos. Segundo Mendes e Azevêdo (2010, p. 134), “O resultado é o déficit financeiro para sustentar políticas e serviços sociais e assistenciais”. Fazem também algumas colocações, ainda nesse sentido, quanto o surgimento dos projetos sociais e pedagógicos voltados para atender crianças e jovens como opção de lazer ou como prevenção à criminalidade sugerindo que os mesmos atuavam como forma de controle social.

Mendes e Azevêdo (2010, p. 137) concluem o estudo confirmando que

[...] as PPEL têm maior incentivo estatal por despertarem os interesses políticos e econômicos que vão desde proporcionar um celeiro de atletas, e um pão e circo, até oferecer ao mercado mais uma fonte de acúmulo de capital – restando menor importância à EDFE por não ser interesse do Estado o “bem-estar social” e a qualidade do ensino, o que se evidencia pelas políticas que vêm sendo aplicadas no ensino.

Segundo os levantamentos realizados nesse estudo também fica explícito a importância dada a PPEL em relação à disciplina de educação física seja na escola pública ou particular, não se pretendendo propor a extinção das PPEL, mas de acordo com Mendes e Azevêdo (2010, p. 137 e 138)

[...] desmascarar o discurso de que elas ocorrem de forma efetiva e desinteressada, garantindo o direito social ao esporte e ao lazer, e, neste ínterim, explicitar os dois pesos e duas medidas com que são tratadas a educação física fora da escola (PPEL e PSE) e a dentro da escola (educação física escolar).

## 2.4 VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE SOCIAL

O estudo investiga a relação entre a violência e a vulnerabilidade social visto que ambos têm refletido negativamente na sociedade contemporânea principalmente no que diz respeito às classes mais baixas. Segundo Abramovay e Pinheiro (2003, p. 1)

É conveniente destacar que os jovens de classes populares, se comparados a outros extratos da sociedade são uns dos grupos mais atingidos por esses fenômenos. Visto que vários estudos demonstram que a precariedade dos serviços públicos e das condições de vida, a falta de oportunidades de emprego e lazer e as restritas perspectivas de mobilidade social, como potenciais motivadores de ações violentas.

Tem como objetivo central “discutir sobre a relação entre a violência (sofrida e praticada por jovens) e a condição de vulnerabilidade social que eles se encontram” (ABRAMOVAY e PINHEIRO, 2003, p.1).

Os autores dividiram o estudo em duas partes, nas quais buscam analisar, a princípio e a partir de estudos recentes os conceitos de violência e vulnerabilidade social relacionando com as políticas públicas, e posteriormente analisa o conceito de capital social e advoga seu uso em projetos que objetiva encerrar o ciclo da violência relacionando com iniciativas bem sucedidas de organizações internacionais e não-governamentais. Sendo assim buscam definir a violência como algo mutante que permeia todos os níveis da sociedade e difere de cultura para cultura passando desde a violência física (que é contemplada no código penal brasileiro) e vai à violência simbólica (abuso de poder). Abramovay e Pinheiro (2003) relacionam a violência como estando intimamente ligada a vulnerabilidade social de alguns extratos sociais, como os jovens e as questões de desequilíbrios provenientes do mercado em relação a esta faixa etária como educação, saúde, lazer, trabalho e cultura. Eles citam Marilena Chauí (1999), Santos (1986) onde ambos buscam definir o conceito de violência e acrescentam que “a violência não mais se restringe a determinados nichos sociais, raciais, econômicos e/ou geográficos, ela tornou-se um fenômeno sem voz e rosto que invade o cotidiano” (ABRAMOVAY e PINHEIRO, 2003, p. 3) e que as tensões provocadas pela relação de vulnerabilidade e desigualdade social geram a violência e a criminalidade.

Os autores buscam refletir como o capital social pode ser um instrumento de combate ao binômio violência/vulnerabilidade social, quando esse leva em consideração as expressões tipicamente juvenis no processo de inclusão social. Abramovay e Pinheiro (2003) citam a pesquisa da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) *Cultivando Vidas, Desarmando Violências* onde a mesma realizou estudos em 10 Estados diferentes no Brasil sobre atividades que visavam reduzir a violência com atividades voltadas para o assistencialismo juvenil e onde ficou clara a importância de projetos sociais que escutem e interajam os jovens em suas atividades. O capital social é entendido então, segundo Abramovay e Pinheiro (2003) como um tipo particular de recurso que está disponível a indivíduos ou organizações, que facilita a realização de ações coletivas e que se apresenta em

maior desenvolvimento em comunidades com maior sucesso no combate à exclusão social e a violência que outras.

Os autores abordam ainda as três grandes possíveis causas da emergência da violência na juventude. De acordo com Abramovay e Pinheiro (2003, p. 5) seriam elas:

[...] o que se ancora na explicação individual, enfatizando a culpa no indivíduo, por conta da personalidade e de fatores biossociais; o que atribui a causa a fatores estruturais, em decorrência do atual modelo econômico global, que exclui grandes contingentes populacionais e o que atribui o problema à crise e falência das instituições e normas da sociedade moderna.

Os autores chamam a atenção para o fato de que a formação de gangues se dá com mais constância nos espaços onde a sociedade não tem respostas para seus problemas sociais e que essa demanda faz com que os grupos criem sua própria lei de conduta, geralmente imposta pelo crime e pela violência. Concluem então o trabalho considerando que a relação da vulnerabilidade e violência social está intimamente ligada com o desenvolvimento do trabalho do capital social, e que este, por sua vez deve ser desenvolvido com a colaboração de todos os setores da sociedade.

## 2.5 LAZER E ADOLESCENTE EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Nesse estudo para uma tese de Mestrado em Educação, Willian Lazaretti da Conceição busca aprofundar a discussão entre a relação do lazer e os adolescentes que cometeram atos infracionais e que foram internados na Fundação Casa em São Paulo-SP. O estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa com estudo de caso de cinco jovens no ano de 2011, a partir de análise documental, registros por entrevistas e imagens onde foi possível identificar três focos de análise: a) concepção de lazer; b) atividades de lazer; c) processos educativos. O autor busca, dentro dos objetivos específicos: 1. Descrever as práticas sociais relacionadas ao lazer existentes no contexto da privação de liberdade; 2. Identificar e descrever como os adolescentes aprendem por meio das vivências de lazer; 3. Identificar a compreensão dos adolescentes sobre o cumprimento de sanção e propor encaminhamentos que possam proporcionar processos educativos no cumprimento de sanções.

O autor inicia seu trabalho conceituando o ser humano dentro da sua história e como sendo um ser cultural que se difere dos animais que são seres naturais regidos pelo seu instinto de sobrevivência colocando em relevância o respeito entre as diferentes culturas.

Diante do exposto, a prática social nesse trabalho é caracterizada pela interação que se dá no plano da intersubjetividade, implicando relações que considerem a alteridade. Não deve ser discriminada como melhor ou pior, mas considerar seu contexto cultural e as experiências de vida dos envolvidos. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 42).

O estudo faz a descrição de como são realizados os procedimentos de segurança e de conduta do jovem em estado de infração desde a sua chegada à Fundação Casa bem como sua inserção no PIA (Plano Individual de Atendimento) no qual o adolescente terá um atendimento específico que visa lidar diretamente dentro da sua individualidade dentro e fora do período em que estiver internado. O autor descreve também as práticas sociais que este interno será inserido como: educação escolar, qualificação para o trabalho, educação física e esportes, arte e cultura. Essas atividades visam garantir os direitos fundamentais assegurados por lei a esses adolescentes.

Após utilizar da forma descritiva do ambiente e das atividades desenvolvidas dentro do centro assim como dos aportes bibliográficos que justificassem os métodos da pesquisa, o autor passa para a análise dos dados obtidos fazendo uma definição para os assuntos relativos ao lazer iniciando pelos três focos anteriormente citados.

A concepção de lazer pelos adolescentes se mostrou bem comum, onde termos como prazer, entretenimento, distração e diversão foram bastante citados. Sendo assim provou-se que há práticas de lazer mesmo quando estando em privação de liberdade, pois segundo o autor “O lazer não é somente aquele realizado quando você está livre das suas obrigações”(CONCEIÇÃO, 2012, p. 100 e 101) e mais adiante diz que “o adolescente possui o momento que pode não fazer nada, sendo possível o ócio como vivência para ocupação” (IDEM). Dessa forma o lazer aqui é entendido, segundo as entrevistas feitas aos adolescentes como sendo alguma atividade livre, que pode estar dentro ou fora do contexto das atividades proporcionadas nesse centro sendo possível a sua participação ou recusa à mesma. De acordo com as falas dos internos, as atividades de lazer estão fortemente relacionadas às práticas esportivas e pedagógicas, e que por sua vez têm o poder de distração para aquela situação de clausura em que vivem, o que diverge da intenção propagada pela instituição, que é a de fazer

o adolescente, nesse momento de lazer, refletir sobre a sua situação de privação de liberdade e para a necessidade de se ter uma boa conduta dentro e fora dos muros.

O autor segue ainda analisando o segundo foco: as atividades de lazer, que por sua vez se desdobram em três perspectivas (as atividades de lazer anterior a internação; durante a internação; e as durante o cumprimento de sanção disciplinar). As análises mostram que as atividades de lazer antes e depois da internação parecem bem comuns, como: práticas esportivas, sociais, intelectuais, etc., mas que nem sempre todas são possíveis devido as limitações da oferta dentro do centro de internação, como: pesca, bailes de funk, natação, dentre outros. As atividades de lazer são entendidas pela instituição como sendo aquelas com orientação, então quando o adolescente está em cumprimento de medida disciplinar (sanção) ele fica restrito apenas às atividades pedagógicas obrigatórias. Nesse momento, de acordo com as análises do autor, os adolescentes têm por lazer as conversas com seus pares ou as atividades escolares.

E, por último, o autor analisa os processos educativos que segundo ele “(...) podem decorrer das atividades de lazer em privação de liberdade, como da própria institucionalização” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 111). Nesse aspecto foi notório que muitos desses jovens têm pouco acesso às mais variadas formas de lazer coordenado ou de educação antes da internação sendo possível uma relação entre essa falta ao cometimento de delitos. De acordo com Conceição (2011) as práticas escolares não foram mencionadas em momento algum como sendo prazerosas nem como possível de se aprender algo, e as práticas de profissionalização foram entendidas como sendo de lazer.

Para finalizar o autor resume sua metodologia de pesquisa e acrescenta sua posição a respeito do lazer tendo em vista a complexidade das práticas sociais para quem está em estado de privação de liberdade e a importância da aproximação dos envolvidos na busca de um melhor conhecimento sobre a realidade de cada jovem para que haja então uma convivência pacífica.

Pensar o lazer prisionado, é transcender seu caráter utilitarista, mas é significar as atividades considerando a especificidade do local aonde estão inseridos, sendo necessário refletir sobre as condições de lazer que é ofertada a esse público (CONCEIÇÃO, 2012, p. 118).

### 3º CAPÍTULO

#### REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O processo de seleção dos artigos para estudo ocorreu conforme o descrito na introdução desse trabalho, de forma que a fonte consultada foi a Revista Eletrônica SciELO, no período compreendido do ano de 2008 a 2012, na área das Ciências Humanas, com pesquisas publicadas em Língua Portuguesa e no Brasil, tendo as palavras-chave: drogadição, atos infracionais, liberdade assistida, socioeducativo, juventude, políticas públicas, educação física e lazer como suportes para as análises.

Segue abaixo o quadro resumindo as publicações nesse período e por tema para que o assunto fosse explorado ao máximo e visto de diversos pontos de vista.

Quadro 3- Resumo da pesquisa bibliográfica da Revista Eletrônica SciELO

Ano da publicação	Drogadição	Atos Infracionais	LA	Socioeducativo	Juventude	Políticas Públicas	Lazer
2008	2	2	-	1	15	-	10
2009	2	2	1	1	16	-	12
2010	-	3	1	4	21	1	16
2011	2	2	1	5	24	1	10
2012	1	2	-	3	27	2	10

A partir da composição desse quadro é possível identificar de imediato que, de forma geral, as produções acadêmicas dentro da perspectiva dessa pesquisa tiveram um crescimento gradativo embora não muito expressivo. Nota-se também que o tema Juventude foi o que mais se destacou em número de crescimento, o que confirma a preocupação em se produzir mais conhecimento nessa temática, valorizando ainda mais a importância de se compreender mais a fundo as características sociais das pessoas nessa faixa etária. O lazer vem em segundo lugar em produções publicadas e isso se dá pelo fato de que os programas voltados para essa área vêm ganhando cada vez mais relevância para o bem estar social de modo geral incluindo nesse aspecto outros segmentos sociais como a saúde e educação.

Tendo os artigos analisados anteriormente e o quadro acima apresentados resumidamente, passarei agora para o cruzamento de alguns dados imprescindíveis para a compreensão do tema dessa pesquisa bibliográfica.

### 3.1 O CONTEXTO SOCIAL DO ADOLESCENTE E SUAS RELAÇÕES COM A PRÁTICA DE DELITO

No Brasil, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerada “adolescente” toda e qualquer pessoa de 12 a 18 anos e que está em processo de desenvolvimento físico, psicológico, entre outros, sendo, portanto, portadora de direitos e deveres, merecedora de proteção integral, apoio familiar e comunitário e como “ato infracional” como a conduta caracterizada como crime ou contravenção penal. O adolescente autor de ato infracional, tido como inimputável são aplicadas as medidas socioeducativas, que variam desde advertência até a internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 2008). Em todos os estudos realizados para essa pesquisa o adolescente ou jovem é caracterizado como ser em desenvolvimento e que necessita de acompanhamento e de oportunidade dentro das mais variadas esferas da sociedade, principalmente pela família.

Segundo Baumkarten (2001) citado por Pereira e Sudbrack (2008, p. 153), “a adolescência é permeada por momentos de mal-estar (depressão, sentimentos de perda, de abandono, de angústia, escolha de identidade), justamente por ser um período de constantes transformações”. Esses sentimentos, quando reprimidos ou não tratados podem vir a provocar alguns desvios na conduta, principalmente no que se trata das regras de controle social.

Seguindo essa linha de pensamento é possível notar dentro dos estudos onde o jovem é apontado como centro da pesquisa, que algumas características sociais influenciam diretamente na relação jovem e cometimento de infração, as quais serão elencadas e discutidas nos próximos parágrafos.

Os estudos, quase que em sua totalidade apontam que a estruturação familiar e consequentemente financeira, dos adolescentes em estado de infração tem algum tipo de relação com sua conduta no mundo do crime. Gallo e Williams (2008, p. 9) citando Gomide (2003), acreditam que

A condição social em que as famílias de baixo poder aquisitivo se encontra pode acarretar baixo monitoramento das atividades dos filhos, baixo nível de afeto, indiferença generalizada e vínculo pouco afetivo nas relações interpessoais, o que caracterizaria um estilo parental negligente, podendo favorecer comportamentos anti-sociais dos filhos.

Passamani e Rosa (2009), em suas pesquisas, também concluíram que a família exerce influência tanto no engajamento do adolescente no mundo da delinquência quanto no seu processo de recuperação. A falta de um referencial como base para seu desenvolvimento

muitas vezes faz com que o jovem busque em outras pessoas seu suporte e quando não o encontra extravasam suas angústias com atitudes violentas. Essa transferência de responsabilidade, quando esgotadas as possibilidades nos laços familiares, passa a ser direcionada para a sociedade, o governo e até para a figura do juiz. Tudo isso com a finalidade de chamar a atenção para um dilema não resolvido. Pereira e Sudbrack (2008, p. 153) afirmam que

As práticas infracionais viriam no sentido de buscar, fora da família, um terceiro, no caso o juiz ou o Sistema de Assistência Educativa. O juiz de Menores, por ser considerado uma figura de autoridade e proteção, substituiria o pai, na medida em que este falha como tal. Assim, as transgressões e a prática de atos infracionais corresponderiam a um “apelo à lei” que é falha na família, ou seja, ela teria fracassado em interditar.

É quando os mecanismos seguros que protegem e garantem a sua sobrevivência parece não funcionar restando apenas o apelo para a violência.

Continuando a pensar nas relações afetivas familiares também pode ser notada a importância dada à figura da mãe por parte dos jovens em situação de infração. Pereira e Sudbrack (2008, p. 156) fazem uma análise desse fator.

Os adolescentes descrevem um vínculo forte com a mãe, revelando e valorizando o papel protetivo, acolhedor e de defesa da mãe quando do seu envolvimento com a Justiça. Este é, muitas das vezes, o vínculo mais forte apresentado pelo adolescente autor de ato infracional em relação à sua rede social. Ao passo que a mãe o protege, ele também age no mesmo sentido, procurando mostrar sua admiração, confiança, lealdade e proteção em relação a ela.

Os jovens nesse caso identificam a mãe como sendo seu porto seguro e amparo mesmo quando estão numa situação desfavorável à lei.

Posteriormente aos vínculos familiares e sociais do adolescente, outro fator levantado pela maioria dos estudos e que colabora para o caminho da infração são as drogas. O envolvimento do adolescente com o mundo das substâncias psicoativas pode ter sua raiz também relacionada com o mau acompanhamento familiar, mas também pode ter referência direta com a pobreza ou inserção no mundo do tráfico. A droga, nessa fase da vida, age como um encantamento, fonte de prazer que o insere nos grupos sociais e que incentiva as práticas que envolvam riscos. Atua como fuga da realidade até que o jovem esteja completamente dependente tendo que buscar, geralmente no tráfico, meio de sustentar o vício.

[...] a dimensão da relação dos adolescentes com as pessoas que vendem ou passam a droga para eles, percebemos que existe uma grande violência do contexto na relação com o fornecedor, ou seja, a violência do contexto do tráfico sobre o jovem é maior que a violência do próprio jovem (FERREIRA E DUSBRACK, 2008, P. 157)

Ferreira e Sudbrack (2008, p. 156) ressaltam que a desestruturação familiar seja pela morte de um membro, seja pelo divórcio ou a ligação direta com a pobreza, por si só não constituem fatores que levam à drogadição e conseqüentemente ao cometimento de atos infracionais, mas a ausência de afetividade dentro desse sistema familiar é a grande responsável por esses fatores. Nota-se então, que mais uma vez, as relações familiares e afetivas exercem um poder muito grande na prevenção do uso de drogas e conseqüentemente, do cometimento de violência.

Para concluir sobre os meios que influenciam o adolescente diretamente a um possível cometimento de infração analiso agora os fatores educação, trabalho e lazer. A carência ou ausência na qualidade desses fatores essenciais para a formação e sustento do jovem dentro da sociedade agrega prejuízos no seu desenvolvimento pessoal e por fim social. É através da educação e do trabalho que o jovem se fundamenta como ser responsável pela sua renda e pode ter seus anseios diários supridos. Passetti (1986) citado por Conceição (2012, p. 25) destaca que “a sociedade não emprega todos aqueles que têm necessidade ou vontade de trabalhar, devido a problemas sociais como o desemprego, presente em nossa sociedade, a fome e o crime”.

A educação deficiente, por muitas vezes sem atrativos e incentivos para os jovens também foi alvo das colocações das análises realizadas apontando para o papel da escola que o de acolher a todos em suas diferenças buscando minimizá-las. O adolescente em situação de risco ou às margens da sociedade, como é o caso do jovem que comete infração ou tem problemas pelo uso de drogas, se sente desmotivado a frequentar uma formalidade a qual ele não está nem um pouco a vontade em participar. A discriminação nesse ambiente parte de todo o corpo escolar como mostra Gallo e Williams (2008, p. 51)

A despeito dos esforços para efetivar as matrículas, os educadores de medidas socioeducativas afirmaram que, na maioria das vezes, as escolas justificavam a rejeição da matrícula dos adolescentes em conflito com a lei porque tais jovens, quando estavam na escola, causaram problemas, devendo, portanto, ser encaminhados para outras escolas. Estas, por sua vez, rejeitam esses alunos por seu histórico de conflitos e pelo estigma de estarem em conflito com a lei e assim o ciclo de exclusão se repete.

Essa exclusão ao jovem em condição de risco é comum em muitas áreas da sociedade, pois muitas vezes ele é visto como um problema do qual ninguém quer se responsabilizar sendo mais fácil apontar os culpados em vez de tomar as providências necessárias para a sua recuperação e recolocação na sociedade que lhe é de direito.

Terminado os apontamentos para as possíveis causas ou caminhos que levam um adolescente ao cometimento de atos infracionais, passo agora a analisar qual o papel das políticas públicas de lazer, especificamente na área da educação física, no trato da prevenção e cuidado no que se refere à juventude em situação de risco.

### 3.2 AS CONCEPÇÕES DO LAZER

O lazer, de forma generalizada é entendido como sendo a ocupação do tempo com alguma atividade prazerosa, seja ela um desporto, uma atividade lúdica ou social. Dumazedier (2004) citado por Pfeifer, Santos e Martins (2010, p. 427) concebe que

O lazer pode ser compreendido como um conjunto de atividades às quais a pessoa pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para ampliar sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua criatividade, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Desse modo o lazer se constitui como algo necessário para a vida diária do ser humano. É onde nós usufruímos da nossa liberdade de escolha, é onde escolhemos exercitar o que mais nos agrada no tempo e espaço que nos é concedido. A pesquisa se fundamenta sobre essa concepção de Dumazedier (2004) e entende que para os internos desses centros o lazer é concebido de uma forma muito abrangente, não sendo possível defini-lo fora de uma perspectiva fechada.

#### 3.2.1 Concepção de Lazer pelos Adolescentes Privados de Liberdade

Os termos juventude e lazer vêm se construindo de maneira equivalente impulsionados pela indústria cultural e de consumo. É nessa fase da vida em que os grupos sociais se constituem mais expressivamente e estar inserido neles é uma forma de estar encaixado no mundo, de ter seu valor.

Sendo o lazer um conjunto de atividades que possibilitam o desenvolvimento do adolescente por meio da construção de novas relações, de trocas de experiências, descoberta de novas vivências, busca e construção da identidade do sujeito [...] (PFEIFER, SANTOS E MARTINS, 2010, P. 428).

Assim sendo, talvez seja difícil pensar no exercício do lazer aos que estão em estado de privação de liberdade ou que ficam marginalizados socialmente, pois nem sempre a sociedade oferece de forma qualitativa o acesso ao lazer, mas opondo-se a esse pensamento, Conceição (2012, p. 100 e 101) diz que “é possível que exista lazer mesmo em privação de liberdade, superando a visão dualista do trabalho-lazer, pois nessa posição, o privado de liberdade e do trabalho também teria lazer”. Às vezes não fazer simplesmente nada é o lazer daquele indivíduo naquele momento.

De acordo com os estudos analisados, a educação física está bem presente nas práticas da juventude em geral, retratada nos movimentos esportivos midiáticos, nos espaços culturais e escolares. Dentro do lazer, as atividades esportivas como futsal, tênis de mesa, voleibol e basquete são as mais praticadas, como afirma Conceição (2012). Essas práticas são bem aceitas porque remetem à sensação de liberdade que os jovens em estado de infração têm de antes de estarem reclusos nos centros de atendimento. O momento de lazer, nesse caso, seja ele de ócio ou de atividade é onde o jovem para de pensar na sua condição de aprisionado e sente prazer no papel naquilo que desenvolve.

Sendo assim, podemos identificar que os adolescentes significam o lazer como momento de interação com os demais adolescentes, educadores e profissionais parceiros, tendo como objetivo vivenciar algumas manifestações da cultura corporal, o aprendizado de novas habilidades que poderão subsidiar seu engajamento no mercado de trabalho, além de não pensar apenas na própria condição de privado de liberdade (CONCEIÇÃO, 2012, p. 117).

As atividades de lazer sejam dentro dos centros de internação, sejam na escola formal, são entendidas como essenciais para que o jovem possa se encontrar representado dentro da sociedade e tenha seus anseios atendidos de forma que eles contribuam para o seu bom desenvolvimento como ser social.

### 3.3 MINHAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS NA ESCOLA REGULAR E NO SOCIOEDUCATIVO

Como já mencionado na introdução desse trabalho, eu sou concursada pela Secretaria de Cidadania e Trabalho do Estado de Goiás, com sede na cidade de Goiânia-GO, mas exercendo o cargo de Educadora Social na cidade de Formosa-GO onde a instituição CASE (Centro de Atendimento Socioeducativo) tem suas instalações.

Antes de assumir esse trabalho no socioeducativo, eu era concursada pela Prefeitura Municipal de Formosa-GO e ministrava aulas de educação física para o ensino fundamental de uma escola situada na periferia da cidade. Observando a dinâmica das aulas pude avaliar o quanto a educação física é uma disciplina rica em informações e atrativa para todos, principalmente para os jovens. Lembro-me que as aulas, apesar do pouco recurso de materiais pedagógicos, eram sempre elogiadas e participativas. Para mim foram momentos de descobertas bem significativas e especiais que guardarei por toda a vida tanto no âmbito profissional quanto no pessoal, se é que dá para separar os dois!

Depois desse tempo fui trabalhar num ambiente totalmente hostil e desconhecido para mim. Até então eu nunca tinha tido contato com o mundo dos adolescentes em privação de liberdade, tampouco sabia da triste realidade vivida por muitos ali dentro, suas preocupações, seus medos e seus anseios para a vida. Com tempo percebi que muitos não acreditavam mais na sua própria recuperação, com afirmações negativas sobre a vida pós internação, ou até mesmo com desejos de ceifar a própria vida.

Foi nesse ambiente de sofrimento e desesperança que fui convidada a realizar uma gincana de férias e posteriormente um mini torneio de futsal com os internos dessa unidade. Assim, tomada de surpresa e insegurança formulei juntamente com a equipe técnica toda a estrutura para a realização das atividades que para a minha surpresa teve uma adesão muito grande por parte dos jovens. Percebi aí que as atividades de lazer, principalmente as lúdicas e esportivas trouxeram uma sensação de liberdade aos internos, mas uma liberdade positiva, feliz, onde cumprir com os objetivos e regras não estava ferindo seus princípios de vida no mundo do crime. Ali a disputa era em par de igualdade onde não estava sendo contabilizado o artigo do código penal pelo qual cada um deles respondia.

Assim, observando as atividades diárias desses jovens, que têm idade entre 14 e 21 anos, é que percebi o quanto o trabalho dos educadores dentro e fora dos centros possibilita um cumprimento de proteção favorável e positiva a esses internos. Dessa forma, isso me sensibilizou a pesquisar mais sobre a relação da educação física e do meu trabalho como educadora naquele ambiente. Depois de toda a leitura e releitura dos artigos e estudos voltados para essa área, consegui compreender os motivos pelos quais muitos jovens hoje se entregam a vida infracional e como utilizar das atividades de lazer podem promover o bem

estar desses indivíduos nesse momento de sofrimento. E embora a pesquisa de campo que seria realizada não tenha se concretizado, acredito que a base das pesquisas dos outros autores e a minha experiência no meu trabalho foram suficientes para responder as minhas dúvidas e embasar o tema desse trabalho monográfico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo buscou realizar uma pesquisa utilizando dos aportes bibliográficos da Revista Eletrônica SciELO onde fosse possível levantar uma análise aos periódicos que versassem sobre a identidade social do menor em privação de liberdade e suas relações com o mundo do lazer antes e durante o cumprimento de medida socioeducativa, bem como analisar a visão dos autores sobre os benefícios do lazer para a vida social desses jovens.

Pautando-se pela lei, as medidas socioeducativas são aplicadas quando o jovem com idade inferior a 18 anos comete uma infração podendo este ter o seu direito de ir e vir limitado ou restrito a internação em centro de educação. O ECA (BRASIL, 2008), em seu artigo 154 prevê que sejam realizadas obrigatoriamente atividades pedagógicas no decorrer no cumprimento de medida socioeducativa mesmo quando em estado provisório de internação. Essas atividades incluem cursos profissionalizantes, atividades artesanais, de cunho cultural recreativo, dentre as formais da escola regular. Essas atividades propõem mudanças da forma de pensar e agir no mundo onde são reforçados os valores de cidadania, ética, trabalho e identidade.

A grande parte dos jovens em internação por cometimento de delito se dá pela desestruturação familiar, pela quebra dos laços afetivos, pelo uso de drogas e consequente inserção no mundo do tráfico. Esses foram os fatores comuns em todas as análises. Os autores concordam que o incentivo às políticas públicas voltadas para a juventude e principalmente, elaboradas por eles, é o ponto que culmina com a prevenção da criminalidade. Maraschin, Frezza e Santos (2009, p. 313) destacam a “importância de analisar como os jovens vêm se constituindo objeto de investimento e intervenção dentro do território das políticas públicas da juventude”. Dessa forma, o investimento nas áreas de educação, saúde, trabalho, esporte e lazer promovem o desenvolvimento social saudável para se obter uma sociedade mais igualitária.

A pesquisa apontou como fatores positivos na recuperação da conduta desses jovens a participação da família, do apoio dos educadores sociais, do acolhimento pela sociedade e da

promoção de atividades onde os jovens possam expressar suas aspirações para o futuro tanto no lazer quanto no mundo do trabalho.

Conclui-se que essa pesquisa, mesmo com o foco voltado para as práticas de lazer, contribui para a área da educação, pois muitas vezes, nós professores, lidamos diariamente com jovens em fase de desenvolvimento e que trazem consigo diferentes tipos de sentimentos e problemas que não são sanados pelo simples fato de não buscarmos conhecê-lo a fundo, desempenhando nosso papel de educador e agente combatente das mazelas sociais. É na escola que as transformações acontecem e é possível sim pensar num mundo com menos desigualdades, onde todos possam ter acesso à informação e ir à busca dos seus direitos podendo debater civilizadamente e não extravasando suas indignações no cometimento de crimes.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam e PINHEIRO, Leonardo Castro. “Violência e Vulnerabilidade Social”. In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). *Inclusión Social y Desarrollo: Presente y futuro de La Comunidad IberoAmericana*. Madri: Comunica. 2003.
- BAUMKARTEN, S. (2001). O significado da drogadição no contexto da adolescência, da família e da instituição – um estudo sobre usuários e abusadores de merla do Distrito Federal. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- BRASIL (1990). Estatuto da criança e do adolescente (Lei Federal nº 8.069). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- CONCEICAO, Willian Lazaretti da. Lazer e adolescentes em privação de liberdade: um diálogo possível?. *Educ. rev.* [online]. 2013, n.48 [cited 2013-11-14], pp. 346-346 .
- DEMO, Pedro. *Avaliação Qualitativa*. São Paulo: Cortez, 1991.
- DUMAZEDIER, J. (2004). *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva.
- FREZZA, Marcia; MARASCHIN, Cleci and SANTOS, Nair Silveira dos. Juventude como problema de políticas públicas. *Psicol. Soc.* [online]. 2009, vol.21, n.3 [cited 2013-11-14], pp. 313-323 .
- GALLO, Alex Eduardo and WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cad. Pesqui.* [online]. 2008, vol.38, n.133.
- GOMIDE, Paula Inez Cunha. A instituição e a identidade do menor infrator. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 1988, vol.8, n.1 [cited 2013-11-06], pp. 20-22 .
- MENDES, Alessandra Dias and AZEVEDO, Paulo Henrique. Políticas públicas de esporte e lazer & políticas públicas educacionais: promoção da educação física dentro e fora da escola ou dois pesos e duas medidas?. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte (Impr.)* [online]. 2010, vol.32, n.1 [cited 2013-11-14], pp. 127-142.
- PASSAMANI, Maria Emília and ROSA, Edinete Maria. Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2009, vol.29, n.2 [cited 2013-11-01], pp. 330-345.
- PASSETI, Edson. *O que é o menor? 2ª ED*. Brasília: Brasiliense, 1986.
- PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes and SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2008, vol.24, n.2 [cited 2013-11-06], pp. 151-159 .
- PFEIFER, Luzia Iara; MARTINS, Yara Dias and SANTOS, Jair Lício Ferreira. A influência socioeconômica e de gênero no lazer de adolescentes. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2010, vol.26, n.3 [cited 2013-11-14], pp. 427-432 .

RIBEIRO, Eulina Maria de Carvalho. **Catarse e Auto-Regulação. Porque e quando trabalhamos com carga alta ou baixa?** In: ENCONTRO PARANAENSE, CONGRESSO BRASILEIRO, CONVENÇÃO BRASIL/LATINO-AMÉRICA, XIII, VIII, II, 2008. Anais, Curitiba: Centro Reichiano, 2008

**ANEXO A**

Inserir anexo.